

EUA reivindicam voto no BID

Brasília — As relações entre os países membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passam por profundas divergências que poderão resultar em impasse durante a assembléia anual do banco, nos dias 21 a 24 próximos, em Washington. Os Estados Unidos só aceitam aumentar o capital do banco caso tenham direito a voto sobre os projetos apresentados. O Brasil, no entanto, aliado aos outros três países do chamado grupo A — Argentina, México e Venezuela — rechaça esta proposta.

Pelas regras atuais, os projetos para liberação de empréstimo apresentados pelos países membros do BID somente poderão ser vetados se contarem com 50,1% dos votos dos países membros. Como os integrantes do Grupo A e os outros países da América-Latina somam 52% dos votos, os Estados Unidos, mesmo com o apoio do Canadá, dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e Japão, que também são cotistas do BID, dificilmente têm condições de intervir nos empreendimentos sem contar com a aprovação dos outros membros. Os Estados Unidos, Canadá, Japão e os países da CEE detêm 92% do capital do banco.

Na reunião preparatória da assembléia anual do Bid, em fevereiro, os Estados Unidos defenderam a proposta da diretoria do banco poder interromper as operações de crédito aos países membros se houver a aprovação de 35% dos votos dos países membros que considerem insatisfatório o empreendimento apresentado. Como os votos são qualificados — isto é, os votos de alguns países têm mais peso do que outros, dependendo de sua participação no capital do banco — os Estados Unidos teriam

condições de, quase sozinhos, vetarem os projetos, já que o peso do voto dos EUA, isoladamente, é de 34%. Como o Canadá sempre acompanha o voto americano, os Estados Unidos passariam a ter o controle absoluto do Bid.

A proposta apresentada pelos outros países membros do banco é de que o direito a voto somente ocorra com o apoio de 40% dos votos. Com isto, para vetar um projeto, os Estados Unidos teriam de ter o apoio dos países da CEE e do Japão. Esta seria uma forma de dar ao banco um caráter mais representativo, avalia o embaixador Luís Felipe Lampreia, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento que participa das negociações do Brasil com o BID.

Os países do Grupo A estão reivindicando o aumento de capital para o exercício 87/90 para US\$ 25 bilhões. No exercício de 82/86 estes países receberam empréstimos da ordem de US\$ 13 bilhões. Os países do Grupo A também querem desembolsos mais rápidos dos empréstimos do banco e aumento dos tetos das cotas para aplicação em setores como agricultura, irrigação, entre outros.

O BID é um banco de financiamento de recursos para os países do continente americano, mas há 15 anos decidiu-se pela participação de recursos de países fora do continente, como os europeus e Japão. A assembléia anual do BID irá fixar o percentual de votos para aprovação dos projetos. Lampreia acredita que a proposta de fixação do patamar de 40% sairá vitoriosa porque os países da CEE e o Japão também não estão dispostos a entregar o controle do banco aos Estados Unidos.